

# Mães-estudantes: a luta pelo direito à educação

*Student mothers: the struggle for the right to education*

**Ana Paula Rosa da Silva**

**Juliano Agapito**

**Resumo:** Atualmente, mais da metade das matrículas do ensino superior no Brasil é composta por estudantes do gênero feminino. A presente pesquisa sobre Gênero e Direito à Educação investigou o acesso e a permanência estudantil de mães-estudantes em instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas, no município de Joinville/SC. Com isso, surge o problema desta pesquisa, partindo da perspectiva dessas acadêmicas, enquanto mães, questiona-se quais são os desafios para o acesso e permanência estudantil em instituições de ensino superior em Joinville/SC? Existem políticas públicas ou ações institucionais que amparam esse público? A partir dessa problemática, definiu-se como objetivo geral identificar quais as demandas de mães-estudantes e seus desafios em acessar e permanecer no ensino superior de Joinville/SC. Além disso, foram estabelecidos dois objetivos específicos: (1) fomentar o debate sobre a inclusão desse público, em específico, no ensino superior; (2) reivindicar o desenvolvimento de políticas públicas e ações institucionais que contribuam para a garantia do direito à educação superior de mães, assim, colaborando para que essas não sejam obrigadas a escolher entre a maternidade e a vida acadêmica. Como base para o aprofundamento teórico, amparou-se nos estudos de Sampaio e Urpia (2009), Rosemberg (2001) e Queiroz (2000; 2001) no que se refere à gênero, educação e ensino superior; Davis (2016) e Sarti (1988), sobre mulheres pelo viés feminista e interseccional, entre outras autoras. Em relação aos aspectos metodológicos, foi desenvolvida uma pesquisa de levantamento, na qual utilizou-se um questionário online como instrumento de coleta de dados, via plataforma Google Forms e contou com a participação de 35 mães-estudantes. Acerca dos resultados, identificou-se, dentre as demandas relatadas por elas, dificuldades em conciliar trabalho e estudo; limitações decorrentes das condições financeiras; não ter com quem deixar seus filhos(as) durante o período das aulas; estar muito tempo fora da escola; além da falta de políticas públicas e institucionais que reconheçam e atendam essas demandas.

**Palavras Chave:** Mães estudantes; Gênero; Direito à Educação; Ensino Superior.

**Abstract:** Currently, more than half of higher education enrollment in Brazil is composed of female students. This research on Gender and Right to Education investigated the access and student permanence of student mothers in higher education institutions, both public and private, in the municipality of Joinville/SC. Thus, the problem of this research arises, starting from the perspective of these students, as mothers, it is questioned what are the challenges for access and student permanence in higher education institutions in Joinville/SC? Are there public policies or institutional actions that support this public? Based on this problem, it was defined as the general objective to identify the demands of student mothers and their challenges in accessing and remaining in higher education in Joinville/SC. In addition, two specific objectives were established: (1) to stimulate the debate on the inclusion of this particular public in higher education; (2) to demand the development of public policies and institutional actions that contribute to the guarantee of the right to higher education of mothers, thus collaborating so that they are not obliged to choose between motherhood and academic life. As a basis for theoretical deepening, it was based on the studies of Sampaio and Uripia (2009), Rosemberg (2001) and Queiroz (2000; 2001) with regard to gender, education and higher education; Davis (2016) and Sarti (1988), about women through feminist and intersectional bias, among other authors. Regarding the methodological aspects, a survey was developed, in which an online questionnaire was used as a data collection instrument, via the Google Forms platform and had the participation of 35 student mothers. Regarding the results, it was identified, among the demands reported by them, difficulties in reconciling work and study; limitations arising from financial conditions; not having to have to leave your children during the school period; be away from school for a long time; in addition to the lack of public and institutional policies that recognize and meet these demands.

**Keywords:** Mother students; Gender; Right to education; University education.

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa sobre Gênero e Direito à Educação investigou o acesso e a permanência estudantil das mães-estudantes em instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas, no município de Joinville, Santa Catarina.

Atualmente, mais da metade das matrículas do ensino superior no Brasil é composta por estudantes do gênero feminino (BRASIL, 2019). Contudo, no início dos anos 1970 as mulheres ocupavam menos da metade das matrículas nesse nível de ensino. A demanda pela realização da pesquisa se deu a partir da necessidade de aprofundar estudos sobre gênero e a garantia do direito à educação, elucidando as demandas de mães-estudantes, considerando a maternidade e a gravidez fatos que impactam, principalmente, na vida de pessoas que podem gestar.

O estudo aproxima os debates e lutas sociais pela igualdade de gênero e ferramentas de equidade, como a educação, tendo em vista que as mulheres estão ocupando cada vez mais este espaço educativo e, para que esse direito seja pleno, se fez necessário observar como se dá na teoria e na prática o acesso e a permanência das mães à graduação.

Com o propósito de subsidiar os caminhos a serem percorridos durante o estudo, foi realizado um balanço das produções acadêmicas acerca da temática, no qual foram encontrados estudos sobre os seguintes temas: mulher no ensino superior e mães universitárias, tanto na plataforma ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) como na SciELO (Scientific Electronic Library Online). Esse levantamento de dados foi centrado no período de 2000 a 2020. Observou-se um amplo campo para aprofundar essa pesquisa, principalmente no que se refere ao ensino superior privado, sobre o qual não se encontrou muitas pesquisas relacionadas.

A centralidade do problema desta pesquisa relaciona-se em dois questionamentos que partem da perspectiva dessas acadêmicas, enquanto mães-estudantes, a saber: quais são os desafios para o acesso e permanência estudantil em instituições de ensino superior em Joinville/SC? Existem políticas públicas ou ações institucionais que amparam esse público?

Portanto, definiu-se como objetivo geral identificar quais as demandas de mães-estudantes e seus desafios em acessar e permanecer no ensino superior de Joinville/SC. E como objetivos específicos, (1) fomentar o debate sobre a inclusão desse público, em específico, no ensino superior, e (2) reivindicar o desenvolvimento de políticas públicas e ações institucionais que contribuam para a garantia do direito à educação superior de mães, assim, colaborando para que essas não sejam obrigadas a escolher entre a maternidade e a vida acadêmica.

No que se refere à metodologia aplicada, a investigação se configura como uma pesquisa de levantamento, na qual utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário online, aplicado ao longo do mês de março de

2021, via plataforma Google Forms, com 35 mães-estudantes do ensino superior, tanto público como privado, da cidade de Joinville, Santa Catarina.

Diante desse contexto, na sequência do artigo serão apresentados os elementos que compõem essa pesquisa: o referencial teórico; os procedimentos metodológicos; a apresentação, interpretação e análise dos resultados; e as considerações finais.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Ao longo do século XX, a presença das mulheres na etapa do ensino superior sofre um aumento considerável e, no fim desse século, adentrando o século XXI, passa a ser alvo de variadas pesquisas sobre gênero e educação, como se pode constatar nos estudos realizados por Sampaio e Urpia (2009), Rosemberg (2001), Queiroz (2000; 2001), Beltrão e Alves (2009), entre outras que, ao longo do texto, servirão como base para as problematizações que se pretende apresentar.

Antes, cabe tratar brevemente sobre o conceito de gênero para analisar as funções e papéis sociais atribuídos às mulheres pela cultura patriarcal, capitalista e racista, sua relação com a inserção das mulheres no ensino superior, assim como observar a relação com a luta das mulheres junto ao movimento feminista.

Pedro (2005), em seu artigo *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*, analisa o conceito a partir da ótica de algumas teóricas feministas como Joan Scott, Judith Butler e Linda Nicholson.

Conforme Scott (1988 *apud* PEDRO, 2005, p. 10), os significados de gênero “nascem de uma disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder – de dominação e de subordinação – são construídas”. Por sua vez, Butler promove, em sua “teoria *queer*”, questionamentos sobre a categoria gênero como uma performance, ou repetição, cultural do que é posto

historicamente como sexo. Nicholson (2000) segue as discussões de Butler, entre outras, ao lembrar que

separar sexo de gênero e considerar o primeiro como essencial para elaboração do segundo pode ser, como queriam as feministas dos anos setenta, uma forma de fugir do determinismo biológico, mas constitui-se, por sua vez, num “fundacionalismo biológico”. Isto porque “postula uma relação mais do que acidental entre a biologia e certos aspectos de personalidade e comportamento.” Ou seja, “funda” sobre o biológico aquilo que a cultura estabelece como sendo personalidade e comportamento de homens e mulheres (NICHOLSON, 2000 *apud* PEDRO, 2005, p. 15-16).

Em relação à categoria mãe como objeto de análise, na obra *Um Amor Conquistado: O mito do amor materno*, de Badinter (1985) pode-se encontrar uma vasta contribuição sobre a relação da divisão sexual do trabalho com as funções e “atitudes maternas”, bem como os papéis de pai e filho, sobretudo privilegiados tanto pelo patriarcalismo quanto pelo capitalismo.

Segundo Badinter (1985, p. 103), é no final do século XVIII que a “a imagem da mãe, de seu papel e de sua importância, modifica-se radicalmente” e surgem uma infinidade de publicações que “impõem, à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendram o mito (...) do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho” colaborando, então, para a promoção da imagem da mulher enquanto mãe. A autora aponta que os interesses em modificar a imagem e atitudes maternas se dão em função da alta taxa de mortalidade infantil dos séculos anteriores. Entretanto, longe de ser uma visão humanista em torno desse fenômeno, há uma nova concepção de valores mercantis, com o nascimento do sistema capitalista, voltando o olhar em relação à criança como “potencialmente, uma riqueza econômica” (*ibidem*, p. 108).

Seguindo a lógica da exploração e do lucro, Davis (2016, p. 52) afirma que, no período pré-industrial, mulheres brancas ocupavam o espaço produtivo,

além do reprodutivo, dentro da esfera privada, “eram manufadoras, fazendo tecidos, roupas, velas, sabão e praticamente tudo o que era necessário para a família”. A realidade das mulheres negras se difere, pois sempre trabalharam fora de casa, “elas sofriam uma dura igualdade sexual no trabalho, gozavam de maior igualdade sexual em casa, na senzala, do que suas irmãs brancas que eram “donas de casa” (*ibidem*, p. 244).

Devido ao processo de industrialização e à expansão do sistema capitalista, a produção transferiu-se às fábricas, forjando assim um novo ideal de dona de casa e mãe. Mesmo quando inseridas no mercado de trabalho, as mulheres foram obrigadas, em sua maioria, a assumir longas jornadas de trabalho dentro e fora do lar.

Segundo Davis (2016, p. 242), “o preço que pagavam envolvia longas jornadas, condições de trabalho precárias e salários repulsivamente inadequados. A exploração que sofriam era ainda mais intensa do que a de seus colegas homens”.

Foi, então, a partir da expansão da presença de mulheres no mercado de trabalho capitalista, seja ocupando função de trabalhadora doméstica ou da fábrica, que a participação feminina em sindicatos aumentou consideravelmente, também as iniciativas e a preocupação com suas condições de trabalho por meio dos movimentos sindicais (SARTI, 1988).

Nos anos 1960, foi revogado o conceito de pátrio poder do Código Civil brasileiro, que dava poder ao marido sobre a mulher, bem como ampliado o acesso a meios contraceptivos, e com isso algumas mulheres “podiam planejar o tamanho da família, assim como a permanência na escola e a entrada no mercado de trabalho” (BELTRÃO e ALVES, 2009, p. 9).

De acordo com Sarti (1988, p. 4), a mobilização de mulheres cresce a partir de 1970, e ao longo do processo de abertura política do país “abre-se espaço tanto para a reivindicação ao nível das políticas públicas, quanto para o aprofundamento da reflexão sobre a condição específica da mulher”.

O feminismo começou e encontrou um campo fértil entre as camadas urbanas, mais propensas a ideologias individualistas e às mudanças de comportamento. Ecoou enquanto proposta radical de politizar o privado, repensar e reinventar as relações mais fundamentais, na família, no dia a dia, nos hábitos mais naturalizados. Mas desenvolveu-se segundo as circunstâncias locais, tornando-se um movimento de características próprias, procurando considerar a heterogeneidade da situação da mulher brasileira (*ibidem*, p. 2).

Levantou-se a figura da “mulher trabalhadora”, em detrimento da figura materna. Contudo, uma das principais reivindicações que unificou a luta das mulheres brasileiras das camadas médias e populares nos anos 1970, mesmo que por razões distintas, foi o direito à creche. Posteriormente, o movimento se fragmenta, “onde começaram a se explicitar mais claramente os conflitos internos e as dificuldades de manter a unidade no movimento de mulheres, em face de sua heterogeneidade”, e a discussão acerca das relações de gênero foi evidenciada (SARTI, 1988, p. 6).

Beltrão e Alves (2009, p. 11-12) afirmam que as novas possibilidades no campo da educação “não vieram acompanhadas de outras conquistas”, como “a maior presença na política, maior autonomia e liberdade, maiores direitos sexuais e reprodutivos etc.”.

Nos estudos realizados sobre gênero e educação no Brasil, observa-se que mesmo estando em maior número em relação aos homens, mulheres ocupam carreiras de menor “valor” ou “prestígio”. Isto decorre de um fenômeno apontado como “guetização” das mulheres em carreiras consideradas “femininas”, como educação e saúde.

Segundo Rosemberg (1994 *apud* QUEIROZ, 2000, p. 3-4), “parece não haver dúvida que homens e mulheres seguem carreiras escolares diferentes, constituindo verdadeiros guetos sexuais”, e “apesar da igualdade de oportunidade no acesso e permanência de homens e mulheres no sistema de ensino brasileiro, [...] o sistema de ensino trata de forma diferenciada homens e mulheres, articulando-se ao princípio da divisão sexual do trabalho”, o qual

Queiroz (2001, p.3) afirma ser “fundamental para se entender a educação formal e suas articulações com outras instâncias sociais”.

No *Censo da Educação Superior de 2018*, constatou-se que mais da metade das matrículas em cursos de licenciatura é composta por mulheres, somando 71,3% (BRASIL, 2019). No ano seguinte, o número aumentou para 72,2% (BRASIL, 2020).

Entretanto, em outra pesquisa realizada pelo IBGE, *Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil*, afirmou-se que “há considerável desigualdade entre mulheres brancas e mulheres pretas ou pardas, evidenciando que a cor ou raça é fator preponderante na desvantagem educacional” (BRASIL, 2018, p. 7). Ou seja, em quantidade, mulheres negras estão longe de estar em igualdade com as mulheres brancas. Como bem aponta Queiroz (2001, p. 3), “o enfoque exclusivo de gênero seria insuficiente para dar conta do acesso das mulheres ao ensino superior no Brasil”.

Além das reivindicações de gênero, questões de raça e classe como intersecção surgem dentro e fora do movimento feminista. O feminismo negro denuncia a invisibilidade e o racismo dentro dos papéis e funções atribuídas às mulheres negras (RIBEIRO, 2016; DAVIS, 2016).

A discussão acerca dos papéis atribuídos às mulheres ao longo da história expõe, dentro de tantas opressões, as denominadas duplas, triplas (ou mais) jornadas de trabalho das mulheres, que combinam as tarefas e cuidados dos filhos/parentes com os cuidados com a casa, com o trabalho fora de casa e, muitas vezes, com o estudo.

Com base nos dados do Censo do ano 2000, realizado pelo IBGE, Sampaio e Urpia (2009, p. 27-28) apontam que

8,81% das mulheres cursando o ensino superior, com idade entre 19 e 29 anos, têm filhos na faixa etária de 0 a 4 anos. Significa dizer, portanto, que quase 10% das mulheres universitárias brasileiras nesta faixa são mães de crianças pequenas, e podem vir a demandar

políticas públicas que lhes permitam permanecer no ambiente acadêmico e concluir seus estudos com melhores chances de entrar no mundo do trabalho.

Aquino (2006 *apud* SAMPAIO e URPIA, 2009, p. 27) afirma que “uma ampla incorporação das mulheres às universidades e à ciência, sem que haja mudanças culturais profundas no âmbito acadêmico como em toda a vida social, acaba por colocá-las em situação de grande desvantagem”. Para que ocorram essas mudanças, se faz necessária a implementação de ações institucionais e políticas públicas que atuem sobre essas demandas.

De acordo com Farah (2004, p.1), pode-se entender política pública “como um curso de ação do Estado, orientado por determinados objetivos, refletindo ou traduzindo um jogo de interesses”. Já as políticas públicas com recorte de gênero

são políticas públicas que reconhecem a diferença de gênero e, com base nesse reconhecimento, implementam ações diferenciadas para mulheres. Essa categoria inclui, portanto, tanto políticas dirigidas a mulheres – como as ações pioneiras do início dos anos 80 – quanto ações específicas para mulheres em iniciativas voltadas para um público mais abrangente (FARAH, 2004, p. 5).

Na passagem para o século XXI, a agenda de gênero foi incorporada no âmbito político brasileiro, incluindo diretrizes no campo das políticas públicas como combate à violência, saúde da mulher, geração de emprego e renda, educação etc. Nesse último, em síntese, se trata de

garantia de acesso à educação. Reformulação de livros didáticos e de conteúdos programáticos, de forma a eliminar referência discriminatória à mulher e propiciar o aumento da consciência acerca dos direitos das mulheres. Capacitação de professores e professoras para a inclusão da perspectiva de gênero no processo

educativo. Extensão da rede de creches e pré-escolas (FARAH, 2004, p. 57).

A partir desse arcabouço conceitual, investigou-se as vivências e demandas das mulheres acadêmicas do Ensino Superior (público e privado) de Joinville/SC, conforme os procedimentos metodológicos apresentados a seguir.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com seu objetivo geral, que foi identificar quais as demandas de mãe-estudantes e seus desafios em acessar e permanecer no ensino superior de Joinville/SC, essa pesquisa foi classificada como exploratória. Segundo Gil (1991, p. 25), uma pesquisa exploratória “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a tomá-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

No que se refere aos procedimentos técnicos, o estudo delineou-se como uma pesquisa de levantamento, pois caracteriza-se “pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer” e utiliza-se questionários, entrevistas ou formulários” (*ibidem*, p. 32).

Com isso, o instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário *online*, elaborado na plataforma *Google Forms*, cujo envio aos participantes da pesquisa se deu por meio das mídias sociais, no primeiro bimestre do ano de 2021. Cabe ressaltar que, nesse estudo, por questionário “entende-se um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado” (*ibidem*, p. 54).

Constaram 20 questões, abertas e fechadas. Dentre elas, questionou-se o local onde as participantes residem, bairro e cidade, qual sua idade, quantos filhos(as), também sua renda, raça, se utilizou ou não políticas públicas/institucionais/ações afirmativas para cursar o ensino superior, se tem

ou teve limitações para ingressar e permanecer nesse nível de ensino, entre outras indagações.

Quanto ao local da pesquisa, inicialmente, designou-se todas as instituições de ensino superior da cidade de Joinville/SC, mas após as respostas das participantes, foi inserida uma instituição de ensino médio que possui o curso de magistério na cidade.

Das 47 participantes que responderam ao questionário, 35 se enquadraram no perfil relevante ao problema desta pesquisa. Três são mães que se encontram na condição de estudantes do magistério, e as demais são mães estudantes do ensino superior em instituições públicas e privadas no município de Joinville/SC.

A partir das respostas obtidas mediante a coleta de dados, buscou-se o desenvolvimento de uma análise com base no diálogo entre as vivências e a teoria, traçando dois eixos que norteiam a interpretação dos dados, sendo o primeiro deles denominado como perfil das participantes, e o segundo de percurso estudantil.

## **APRESENTAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS**

No primeiro eixo de análise (Perfil das Participantes), levou-se em consideração as respostas sobre onde residem, qual sua raça, renda, faixa etária, qual a idade do/a(s) filho/a(s), se residem com elas, entre outras.

Já no segundo eixo (Percurso Estudantil), destacou-se os apontamentos sobre suas trajetórias nos respectivos cursos, quais sejam, limitações, vivências e demandas que se deparam ou depararam durante a vida acadêmica. Ainda, qual instituição e curso frequentam, se é pública ou privada, entre outras.

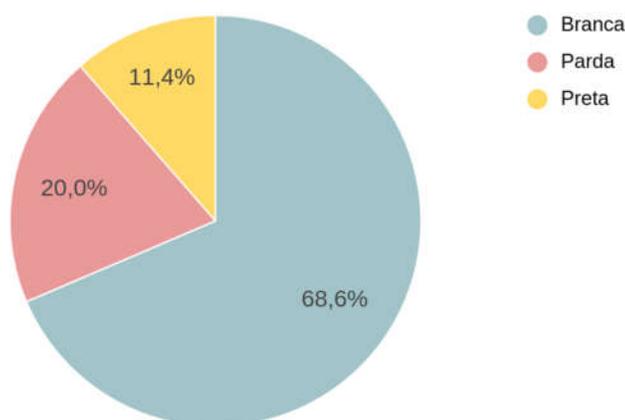
Na redação do artigo, as participantes serão identificadas por uma sigla formada pela letra 'M' e por um número (M1; M2; etc).

## Perfil das mães-estudantes

A partir das respostas, foi possível traçar o perfil das participantes da pesquisa, sendo que a maioria delas reside na cidade de Joinville (97,1%), dentre os bairros: Adhemar Garcia, Anita Garibaldi, América, Aventureiro, Boa Vista, Comasa, Costa e Silva, Floresta, Glória, Guanabara, Iririú, Itinga, Jardim Paraíso, Jardim Sofia, Morro do Meio, Paranaguamirim, Petrópolis, Saguacu, Santo Antônio, Vila Nova, em Joinville; e (2,9%) Centro, Navegantes, Santa Catarina.

Considerando as identificações de cor ou raça (gráfico 1), confirmou-se entre as participantes a desigualdade de acesso e/ou permanência de mulheres pretas, pardas, indígenas e amarelas em relação às brancas. Sendo assim, pode-se afirmar que, se para as mães brancas há diversas demandas e limitações para acessar e permanecer no ensino superior, mães pretas, pardas, indígenas e amarelas se encontram ainda marginalizadas, em maioria, desse percurso.

Gráfico 1 - Acesso e permanência em relação à cor/raça



Fonte - Dados da pesquisa

Como sugere Ribeiro, é preciso refletir sob a ótica da interseccionalidade,

ou seja, observar a interação entre os fatos. Para a filósofa, “raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, mas sim de modo indissociável” (2016, p. 3).

A maior parte das participantes (51,4%) se encontra na faixa etária entre 30 e 39 anos, seguido das que se encontram entre 20 e 29 anos (31,4%), 40 e 49 anos (14,3%) e apenas 2,9% na faixa etária de 50 anos ou mais. Quanto ao estado civil, a maioria também se encontra casada (42,9%) ou em união estável (37,1%), além de 17,1% solteiras e 2,9% divorciadas.

Quase a metade das participantes informou ter apenas 1 filho(a), somando 48,7%; seguido de 2 filhos (40%); de 3 (8,6%); e por último, 4 ou mais filhos(as) (2,9%). A faixa etária dos(as) filhos(as) varia entre 0 e 37 anos. Destacou-se as idades de 0 e 12 anos como a maioria, somando 41 crianças; os demais, 7 adolescentes e 5 adultos. No entanto, 30 residem com a mãe; 2 não residem; e 3 participantes responderam que alguns/algumas filhos/as moram, outros(as) não. Sendo que 27 participantes afirmaram não receber pensão alimentícia; 6 delas recebem; e 2 relatam pagar pensão.

Outro dado importante é que 42,9% das participantes são as principais provedoras do grupo familiar. Dessas, 53,4% têm como renda do grupo familiar de 2 a 4 salários mínimos<sup>1</sup>; 20% de 1 a 2 salários mínimos; 13,3% de 4 a 10 salários mínimos; e outros 13,3% têm como renda menos de 1 salário mínimo.

Das participantes que não são as principais provedoras do grupo familiar (57,1%), 35% têm como renda do grupo familiar de 1 a 2 salários mínimos; 30% de 2 a 4 salários mínimos; 25% de 4 a 10 salários mínimos; 5% têm como renda de 10 a 20 salários mínimos; e 5% menos que 1 salário mínimo.

Esses dados corroboram com outras pesquisas que revelam o aumento no número de mulheres que são responsáveis financeiramente pelos domicílios, chegando ao total de 34,4 milhões em 2020. De acordo com o levantamento da Consultoria IDados, realizado com base nos números do Instituto Brasileiro de

---

<sup>1</sup> Considerando o salário mínimo de R\$1.100,00 referente ao ano de 2021.

Geografia e Estatística (IBGE) e apresentado em matéria do jornal *Estado de Minas* (BARBOSA e PHELIPE, 2020), esse fenômeno não se dá apenas em função de uma maior presença das mulheres no mercado de trabalho, mas pondera-se a crise econômica e o alto índice de desemprego vividos nos últimos anos (2014-2019).

### **Percurso estudantil**

Como critério de relevância para esta pesquisa, questionou-se sobre a instituição que as participantes frequentam. Três encontram-se cursando o magistério na Escola de Ensino Médio Governador Celso Ramos; as demais frequentam as seguintes instituições de ensino superior (IES): Aupex Ensino Superior - Uniasselvi (5), Centro Universitário da Católica de Santa Catarina (1), Centro Universitário UniFacvest (1), Faculdade Censupreg (1), Faculdade Guilherme Guimbala (8), Faculdade IELUSC (2), Instituto de Ensino Superior Santo Antônio - INESA (1), Rhema Educação Instituto de Ensino (1), Universidade Anhanguera (1), Universidade Federal de Santa Catarina - Campus Joinville (3), Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE (3) e UniSociesc (5). Importante destacar que, das 13 instituições listadas, apenas duas são públicas.

A quantidade de participantes matriculadas em IES privadas demonstra a carência de IES públicas na cidade. Em Joinville, no total são 18 IES, 3 públicas e 15 privadas (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE, 2018, p. 20-21). Fato igualmente observado em âmbito nacional, tendo em vista que os dados do *Censo da Educação Superior de 2019* confirmam que há 302 IES públicas e 2.306 IES privadas no Brasil (BRASIL, 2020, p. 4).

No que se refere aos cursos frequentados pelas participantes da pesquisa, as respostas apontam para o fenômeno da “guetização” de carreiras postas socialmente como “femininas”, ainda não superado. O quadro 1 ilustra essas respostas:

Quadro 1 - Cursos frequentados pelas participantes da pesquisa

| <b>CURSO</b>                      | <b>QUANTIDADE</b> |
|-----------------------------------|-------------------|
| Pedagogia                         | 14                |
| Magistério                        | 3                 |
| Licenciatura em Filosofia         | 3                 |
| Psicologia                        | 3                 |
| Serviço Social                    | 2                 |
| Direito                           | 2                 |
| Educação Física                   | 1                 |
| Gestão Comercial                  | 1                 |
| Administração                     | 1                 |
| Licenciatura em História          | 1                 |
| Engenharia                        | 1                 |
| Biomedicina                       | 1                 |
| Neuropsicopedagogia               | 1                 |
| Pós-graduação em Psicomotricidade | 1                 |

Fonte - Dados da pesquisa

No início do século XXI, estudos em educação com recorte de gênero já denunciavam que a escolha por seguir determinadas áreas advinha de uma “expectativa da sociedade, em geral, e do grupo familiar, em particular, agindo sobre a mulher desde muito cedo” (QUEIROZ, 2001, p. 21). Além disso, segundo

Monumenta - Revista de Estudos Interdisciplinares. Joinville, v.2, n.4, jul./dez., 2021, p. 125-151. ISSN 2675-7826.

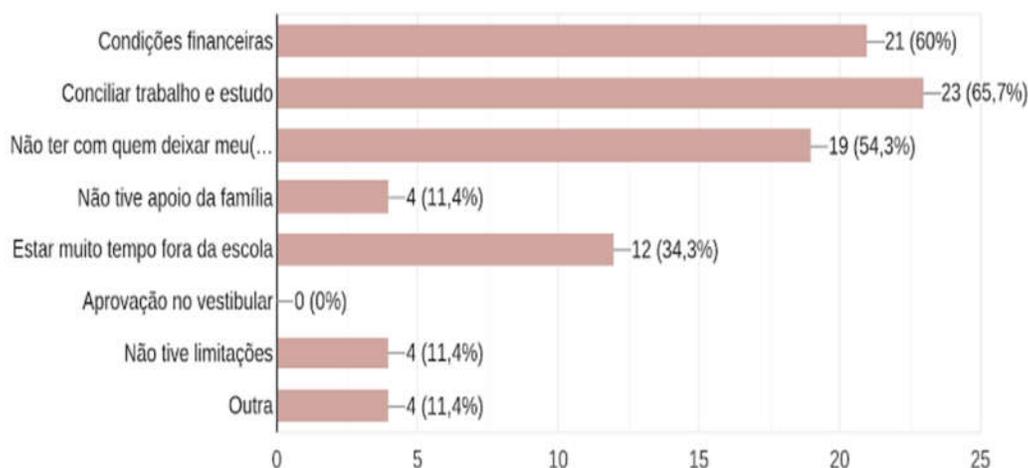
Queiroz (*ibidem*, p. 22), as carreiras “humanísticas” mais frequentadas por mulheres tendem a ser as que menos são valorizadas socialmente, ainda que indiquem certo avanço na luta pela conquista do espaço social.

Quando questionadas sobre o ingresso no ensino superior através de políticas públicas e/ou ações afirmativas, 28 participantes afirmam que não as utilizaram, enquanto 7 delas responderam que sim. Dessas, Bolsa de estudos (1); Bolsa de 50% (1); Programa de bolsas de estudos ‘Mais bolsa Brasil’ (1); Uniedu (2); e Prouni (2). Pode-se perceber que nenhuma das participantes citou políticas públicas ou institucionais que sejam designadas, especificamente, para mães ou pessoas com filhos(as).

Rosemberg (2001, p. 4) afirma que, em relação às metas nacionais e internacionais de igualdade de oportunidades de gênero na educação, que a autora se propõe a pesquisar, “o governo brasileiro teria cumprido todas elas (como vários outros governos), com exceção, talvez, do relativo a adolescentes grávidas e jovens mães”, e ainda atenta para o fato de que há “intensa desigualdade associada ao pertencimento racial e à origem econômica”.

Fato é que são muitos os desafios, demandas e limitações encontradas por mulheres que vivenciam, ao mesmo tempo, os estudos, o trabalho e a maternidade, principalmente as que se encontram como “mãe-solo”, sem presença do pai ou outra pessoa responsável pela criança ou adolescente. Nesse sentido, conforme apresentado no gráfico 2, questionou-se quais limitações as participantes encontraram para ingressar no ensino superior.

Gráfico 2 - Limitações para ingresso no ensino superior



Fonte - Dados da pesquisa

O número expressivo de participantes que relataram dificuldades em conciliar o trabalho com os estudos, bem como as dificuldades relacionadas às condições financeiras e o fato de não ter com quem deixar os(as) filhos(as), revela também os principais anseios e motivações de desistência e evasão de mães-estudantes nessa etapa da formação. Em alguns casos, mães-estudantes optam por cursos a distância pelos mesmos motivos, conforme narra a participante M20: “tive que sair do curso presencial para fazer a distância, pois não tinha com quem deixar o meu bebê e ele já fica meio período no CEI para eu poder trabalhar, assim não fico tanto tempo longe dele durante o dia”.

Estar muito tempo fora da escola, ou de espaços de ensino-aprendizagem, também foi relatado por mais de uma participante como limitação. Volta-se, assim, aos dados apresentados anteriormente: a maior parte das participantes se encontra na faixa etária entre 30-39 anos (51,4%) e (31,4%), 40-49 anos.

A participante M15 relata que, depois que iniciou a faculdade aos 36 anos, percebeu que existem muitas pessoas com desejo de fazer uma graduação. Diante dessa situação, a participante denuncia a “falta de incentivo por parte da sociedade!”.

Estar inserida em meio aos jovens também é considerado um desafio. Contudo, segundo outra participante (M30), há um sentimento de plenitude e realização por fazer parte de um grupo acadêmico.

Tal fato se relaciona com os relatos sobre a “escolha” que muitas mães são obrigadas a fazer após o nascimento de seus filhos(as) e o retorno às cadeiras das salas de aula:

Eu fui mãe solteira aos 15 anos e, por conta disso, muitas coisas eu tive de abandonar ou adiar. Sofri muito preconceito e a pouca ajuda que tinha vinha por parte dos meus pais e, mais tarde, do meu namorado. Precisava trabalhar para poder manter meu filho, então abri mão de estudar para passar em federais ou conseguir bolsas. O salário que eu ganhava na época era menos de mil reais e, por conta disso, a última coisa que eu teria condições de pagar era a faculdade, e meus pais, duas pessoas simples, também não tinham condições de pagar. Depois de alguns anos eu casei, ficando assim com mais prioridades na frente da faculdade. Eu e meu marido éramos jovens demais e por isso não tínhamos muita experiência, e devido a isso, decidimos priorizar os estudos dele e mais tarde os meus. Assim eu mantinha o meu filho e a casa e ele estudava. Só com 24 anos eu pude iniciar a faculdade, um pouco limitada, mas consegui entrar e durante o primeiro ano da faculdade eu fiz o Enem e consegui 50% de bolsa (M7).

Percebe-se que, mesmo com algum auxílio da família, inicialmente sem a presença da figura paterna, sem condições financeiras, muitas mães se deparam com a escolha entre estudar, trabalhar ou maternar. Ainda, nos arranjos familiares homem-mulher-filho(a), geralmente, a formação superior dos homens vem como prioridade. Enfim, quando conseguem dar continuidade aos estudos, sendo trabalhadoras e mães, como relata outra participante, é preciso conviver com o sentimento de culpa, “a culpa por estar longe da filha para estudar, passar muito tempo fora de casa, entre trabalhar e estudar” (M16).

A mesma participante ainda cita outras limitações que se relacionam

com as funções atribuídas socialmente às mulheres e que impactam na sua produtividade acadêmica

Muitas demandas para o tempo além do horário da faculdade são difíceis demais para as mães [...] pois o tempo em casa é dedicado às demandas de organização da rotina, limpeza, alimentação [...] sendo um tempo de pouca qualidade com o filho por estarmos sempre cansadas (M16).

A dificuldade para conciliar estudos, trabalho e cuidados com filhos(as) é relatada por mais uma participante, bem como o fato de não ter com quem deixar o filho durante o período das aulas.

Durante minha primeira tentativa de graduação engravidei e desisti justamente por não ter condições financeiras e a universidade não oferecer um espaço. Quando voltei pela segunda vez me mandaram me retirar com meu filho da sala de aula algumas vezes. Conversando com professores e coordenação na época sobre não ter tempo, nem condições das atividades, ouvi que estava fazendo corpo mole. Na última tentativa, já aos 32 anos, tive que conciliar carreira, casa, filho adolescente e pouca saúde mental. O que mais tem no espaço acadêmico é falta, quando o assunto são mães e seus filhos (M11).

Não ter uma rede de apoio para compartilhar as responsabilidades com filhos(as), principalmente durante o período das aulas, nem condições de custear alguém para tal, muito menos dispor de um espaço dedicado às crianças no ambiente acadêmico, acaba levando muitas mães-estudantes a irem acompanhadas com suas crianças e adolescentes para a instituição.

Inúmeras vezes se veem repelidas do ambiente acadêmico, passam por constrangimentos e preconceitos por parte da comunidade institucional, sejam discentes, docentes etc. Em matéria do site G1 (TENENTE, 2015), mães-estudantes do ensino superior corroboram os relatos das participantes dessa

pesquisa, afirmando violências sofridas e o cerceamento do direito à educação.

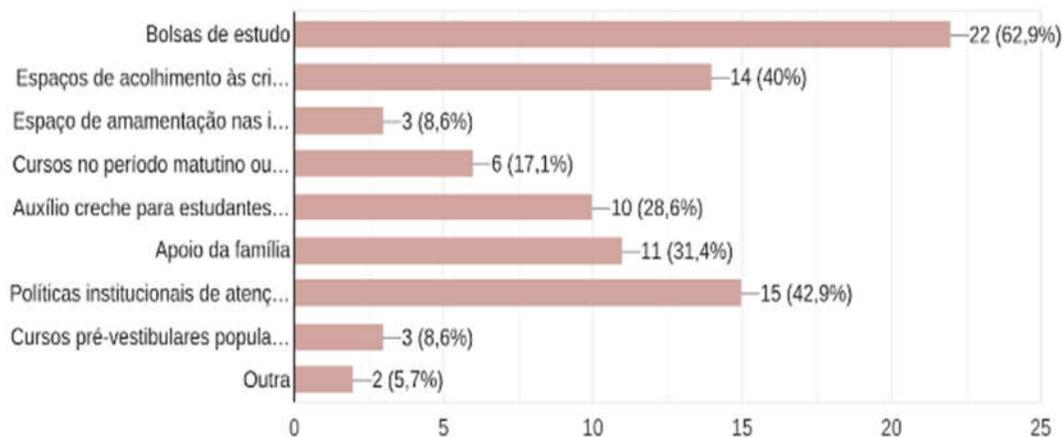
Além das questões financeiras, relatadas por mais de uma participante, outra limitação tem relação entre a saúde integral, tanto da própria mãe quanto de seus filhos(as), e as suas múltiplas jornadas.

Acredito que as demandas da universidade pesam muito nas questões financeiras, mas também psicológicas para quem é mãe [...] muitas vezes o filho pode estar doente e você tem que estar na universidade para fazer uma prova ou trabalho. Deveria existir alguma alternativa para essas demandas que existem das mães múltiplas tarefas (M13).

É possível observar que a divisão sexual do trabalho, na esfera privada e pública, impacta não apenas a produtividade acadêmica diretamente, mas permeia toda a vida da mãe-estudante-trabalhadora. A partir dos relatos das participantes, pode-se visualizar a naturalização dos papéis sociais impostos, mãe cuidadora da casa e filhos(as), enquanto o pai é provedor do sustento da família ou, ainda, não está presente.

A participante (M13) também apontou a falta, muitas vezes, de alternativas que contemplem a mãe-estudante. Desse modo, questionou-se quais iniciativas, listadas no questionário, facilitariam o processo de formação superior das participantes.

Gráfico 3: O que facilitaria o processo de formação superior



Fonte: Dados da Pesquisa

Conforme observa-se no gráfico 3, a mais mencionada pelas participantes foi a alternativa “bolsas de estudos”; seguida de “política institucional de atenção às mães estudantes”; “espaços de acolhimento às crianças nos períodos das aulas”; e “apoio da família”.

Nota-se que todas são mães trabalhadoras, de classes menos abastadas, que se dividem entre estudos, funções domésticas não-remuneradas, funções de cuidados consigo, com filhos(as), muitas vezes funções remuneradas fora do lar, quando muito, momentos de lazer e descanso.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES, 2019) constatou que, em 2018, apenas 4,54% das estudantes com filhos(as) possuíam acesso a creches universitárias; e 21,33% levavam seus filhos(as) para a universidade. Na rede privada não foi possível encontrar esses dados.

Em sua pesquisa, Sampaio e Uripia (2009, p. 34-35) também apresentam os desafios de conciliar a maternidade e a vida acadêmica e apontam a necessidade de políticas de assistência estudantil destinadas a essas mulheres, e destacam que “é fundamental atentar para categorias estudantis, como a de estudante-mãe, que permanecem obscurecidas por políticas de assistência”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto nesta pesquisa, pode-se afirmar que as participantes possuem perfis heterogêneos, se diferenciando em vários aspectos da vida, como cor/raça, renda, faixas etárias, arranjos familiares, entre outros. Entretanto, se encontram quando em condição de trabalhadoras, estudantes e mães.

Acredita-se que, assim como outros estudos em educação com enfoque de gênero, que observam a intersecção com raça e classe, alcançou-se os objetivos propostos desta pesquisa frente à metodologia aplicada. Pois, com base nas respostas das participantes, identificou-se que as principais demandas dessas mães-estudantes e seus desafios em acessar e permanecer no ensino superior em Joinville/SC assentam-se nas múltiplas jornadas, ou seja, conciliar trabalho (considerando os dentro e fora de casa, com filhos/as) e estudos, etc.; condições financeiras; não ter com quem deixar seus filhos(as) durante o período das aulas; estar muito tempo fora da escola; não ter apoio da família (principalmente da figura paterna ou redes de apoio); além de sentimento de culpa por estar longe dos(as) filhos(as); preconceito; assim, respondeu-se também ao problema de pesquisa, ao constatar que: há falta de incentivo social, políticas públicas e institucionais que reconheçam e atendam essas demandas.

Ainda que por lei seja assegurado, por exemplo, o direito à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares, conforme consta na Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975 (BRASIL, 1975), entre outras, essas medidas se mostram insuficientes e, muitas vezes, reforçam o papel social de cuidados com os(as) filhos(as) apenas às mulheres.

Nesse sentido, propõe-se ações que viabilizam o direito pleno à educação, a começar no âmbito institucional com: oferta de bolsas de estudo destinada às estudantes-mães; adaptação de atividades e prorrogação de prazos para essas estudantes; formação dos(as) docentes e demais profissionais; regimentos que assegurem a presença de mães ou pessoas com

filhos no ambiente institucional; criação de espaços, salas, que acolham tanto as pessoas responsáveis (mães, pais, entre outras) como as crianças e adolescentes, contendo desde trocadores, creches, salas de amamentação; campanhas de incentivo ao aleitamento materno; atendimento psicológico; projetos de pesquisa, extensão e estágio dentro desses espaços; etc.

Na esfera pública, políticas que reconheçam as disparidades entre gêneros e implementem as alternativas citadas anteriormente, além de auxílios-creche para estudantes com filhos(as); licenças parentais, ao invés de apenas licença maternidade; cursos pré-vestibulares populares; bem como maior investimento na ampliação e manutenção da rede pública de ensino superior; entre outras que possam surgir.

Da mesma forma que, para as mães-estudantes, enquanto ainda houver estruturas calcadas no racismo, capitalismo e patriarcado, outras identidades continuarão sofrendo exclusão do processo de ensino em todas as etapas, sejam de gênero, como ocorre com pessoas trans e travestis, bem como pessoas de diferentes identidades sexuais, culturais, de raça, classe, pessoas com deficiência etc.

Com esse estudo, foi possível evidenciar a necessidade de fomentar o debate sobre a inclusão e o direito à educação, além de reivindicar o desenvolvimento de políticas públicas e ações institucionais que garantam a permanência e a conclusão nessa etapa de formação superior. Assim, considera-se primordial que lutas continuem sendo travadas e pesquisas desenvolvidas.

Essa pesquisa não contemplou questionamentos relacionados ao gênero, em que participantes pudessem vir a se identificar. Em próximas pesquisas e estudos, portanto, sugere-se que pesquisas nesse sentido abordem pessoas com filhos(as) para se observar, principalmente, as demandas de pessoas que podem vir a gestar, ou seja, mulheres cis gênero, homens trans, não binárias, entre outras. Dados como esses, podem auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas, não centradas na figura “feminina”, mas sim na parentalidade, aumentando a possibilidade de expandir as

responsabilidades por crianças e adolescentes, em seus cuidados e direitos sociais.

Muitas questões não surgiram diante da complexidade desse debate, outras continuarão surgindo, tais como: Quantas mães e pessoas responsáveis por crianças e adolescentes ainda se encontram marginalizadas desse período de formação no Brasil? Quantas seriam inseridas no ensino superior se houvesse políticas públicas e institucionais, diante de todas as suas demandas? Então, creches e espaços de acolhimento às crianças e adolescentes dentro de instituições de ensino superior, sejam elas públicas ou privadas, não seriam um vasto campo de estudo e oportunidade de atendimento à comunidade, principalmente à classe trabalhadora?.

## REFERÊNCIAS

- ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf> . Acesso em: 30 jun.2021
- BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. — Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. Disponível em: [http://www.redeblh.fiocruz.br/media/livrodigital%20\(pdf\)%20\(rev\).pdf](http://www.redeblh.fiocruz.br/media/livrodigital%20(pdf)%20(rev).pdf) . Acesso em: 16 jun. 2020.
- BARBOSA, Marina; PHELIPE, André. **Quase metade dos lares brasileiros são sustentados por mulheres**. Jornal Estado de Minas. 16/02/2020. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2020/02/16/internas\\_economia,122167/quase-metade-dos-lares-brasileiros-sao-sustentados-por-mulheres.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2020/02/16/internas_economia,122167/quase-metade-dos-lares-brasileiros-sao-sustentados-por-mulheres.shtml) . Acesso em: 30 jun.2020
- BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 136, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v39n136/a0739136.pdf> . Acesso em: 09 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas**. Brasília, 2019. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2019/censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2018-notas\\_estatisticas.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf). Acesso em: 15 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2019: notas estatísticas**. Brasília, 2020. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2020/Notas\\_Estatisticas\\_Censo\\_da\\_Educacao\\_Superior\\_2019.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf). Acesso em: 09 jun. 2021

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. 2018. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf). Acesso em: 11 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 6.202**: Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares e outras providências, de 17 de abril de 1975. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/16202.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16202.htm). Acesso em 20 jun. 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. [recurso eletrônico] / Angela Davis; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4248256/mod\\_resource/content/0/Angela%20Davis\\_Mulheres%2C%20raca%20e%20classe.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4248256/mod_resource/content/0/Angela%20Davis_Mulheres%2C%20raca%20e%20classe.pdf). Acesso em: 16 jun. 2020.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47, jan. 2004. ISSN 1806-95. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100004>. Acesso em: 10 jun. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** / Antônio Carlos Gil, 1946. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Franca**, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável (SEPUD). **Joinville Cidade em Dados**. 2018 Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2018/09/Joinville-Cidade-em-Dados-2018-Promo%C3%A7%C3%A3o-Social.pdf> . Acesso em: 13 jun. 2021.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Mulheres no ensino superior no Brasil**. 23ª Reunião Anual – ANPEd. Caxambu, MG, 2000. GT 3 - Movimentos Sociais e Educação. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/0301t.PDF> . Acesso em: 09 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. O Acesso ao Ensino Superior: gênero e raça. **Caderno CRH**, Salvador, n. 34, p. 175-197, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2289/1/RCRH-2006-112%20FACED.pdf> . Acesso em: 09 jun. 2020.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **Sur: Revista. Internacional de Direitos Humanos**, v. 13, n. 24, p. 99- 104, 2016. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/9-sur-24-por-djamila-ribeiro.pdf> . Acesso em: 13 jun. 2020.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. **Revista Estudos Feministas**. 515-2. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8638.pdf> . Acesso em: 09 jun. 2020.

SAMPAIO, Sonia Maria; URPIA, Ana Maria de Oliveira. Tornar-se mãe no contexto acadêmico: dilemas da conciliação maternidade - vida universitária. **Dossiê Educação – Rev. do CAHL**, UFRB, Cachoeira, v. 2 Ano 3, n. 4, p. 26-43, 2009. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/reconcavos/issue/view/50/29> . Acesso em 13 jun. 2020.

SARTI, Cynthia A. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Cadernos de Pesquisa Fundação**. n. 64. p. 38-47. 1988. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1182> . Acesso em: 13 jun. 2020.

TENENTE, Luiza. **Mães querem direito de levar os filhos para salas de aula em universidades**. G1. São Paulo. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/12/maes-querem-direito-de-levar-os-filhos-para-salas-de-aula-em-universidades.html> . Acesso em: 30 jun. 2021.

## Ana Paula Rosa da Silva

Pedagoga formada na Faculdade Guilherme Guimbala / Associação Catarinense de Ensino. E-mail: anaapers@gmail.com.

## Juliano Agapito

Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Educação pela Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). Professor do curso de Pedagogia da Associação Catarinense de Ensino. E-mail: juliano.educacao@gmail.com.

**Recebido em 15 de novembro de 2021.**

**Aceito em 21 de dezembro de 2021.**